

# "ISSO NÃO EXISTE NO PORTUGUÊS": UMA ANÁLISE DAS ESTRUTURAS VARIÁVEIS DA LÍNGUA, SUAS REPERCUSSÕES MIDIÁTICAS E O PAPEL DA EDUCAÇÃO (LINGUÍSTICA) NESSE PROCESSO

Kleverson Gonçalves Willima<sup>1</sup>  
Sueder Santos de Souza<sup>2</sup>

## RESUMO

Durante o BBB23, houve acaloradas discussões na internet sobre os "erros de português" cometidos pelos participantes. Pensando nisso, este trabalho objetiva analisar, em manchetes de sites on-line, a repercussão de falas da participante Larissa, sob o recorte dos supostos "erros". Metodologicamente, fez-se uma pesquisa bibliográfica, visando à construção de um sólido referencial teórico da Sociolinguística, no intuito de usá-lo a um estudo de caso, a partir de uma análise qualitativa crítica das manchetes supracitadas. Sabe-se que as línguas são (dia)sistemas complexos, variáveis e heterogêneos, atravessados ideológica, política, histórica, social, cognitiva e culturalmente. Assim, autores como Bagno e Bortoni-Ricardo sustentam a ideia de que não existe "erro" dentro dos aspectos puramente linguísticos. Usa-se essas categorias, em geral, para tratar das normas gramaticais, e é aí que entra a Educação Linguística. Entendida aqui como um conjunto de conhecimentos sobre língua(gem) que possibilita aos indivíduos desenvolvimento e ampliação de suas habilidades linguísticas, ela é fundamental no combate a quaisquer formas de discriminação na/pela língua(gem), além de ter importantíssimo papel no reconhecimento da intuição linguística que todo nativo possui. Assim sendo, chegou-se aos seguintes resultados: ao produzir estruturas como "truce", em vez de "trouxe", Larissa estava, na verdade, fazendo uso do Princípio da Economia Linguística, transformando um verbo irregular em regular, ou seja, obtendo um menor gasto cognitivo na sua produção linguística. Esse processo é natural e intrínseco a nativos, mas a falta desse conhecimento leva a notícias nas quais se afirma que Larissa cometeu um "erro" de português, falando algo que "não existe em português". Tal afirmação é inverídica e equivocada, sustentada pela ideologia linguística dominante, principalmente ao se levar em consideração o caráter variável que as línguas possuem. Portanto, evidencia-se a falta de uma Educação Linguística crítica nas escolas, que promoveria maior (re)conhecimento linguístico e um ensino de línguas mais efetivo.

**Palavras-chave:** Ideologia Linguística, Educação Linguística Crítica, Ensino de Línguas.

## INTRODUÇÃO

Com o advento da Sociolinguística, corrente das Ciências da Linguagem que, segundo Calvet (2002), lida diretamente com os atravessamentos sociais da/na língua(gem) e com o caráter intrinsecamente heterogêneo e variável das línguas, a maneira como as enxergamos

---

<sup>1</sup> Pós-graduando em Currículo, Didática e Metodologias Ativas pela FAMEESP. Licenciado em Letras - Português e Espanhol pelo Centro Universitário FAEL. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Linguagem, Discurso, Mídia e Educação (LiDiME), coordenado pela Profa. Dra. Regysane Alves. E-mail: biokleverson@gmail.com

<sup>2</sup> Professor orientador: doutorando em Letras/Estudos Linguísticos pela UFPR e mestre pelo mesmo programa. Professor e coordenador dos Cursos de Letras do Centro Universitário FAEL. E-mail: sweder.souza@unifael.edu.br

tem mudado de forma considerável. No campo do ensino de línguas, a realidade não destoava em demasia da afirmativa anterior, embora ainda tenhamos de avançar (e muito!) na direção de um ensino mais condizente com a realidade linguística dos indivíduos (BAGNO, 2007; BORTONI-RICARDO, 2005). Na tradição sociolinguística, alguns conceitos mobilizados/mobilizáveis são importantes para que entendamos determinados movimentos/fenômenos sociais relacionados à linguagem. Por exemplo, uma parte da Sociolinguística entende a língua como um conjunto de variedades linguísticas equânimes entre si (BAGNO, 2007). Isso dá margem à compreensão de que a variabilidade linguística é tão grande que não há possibilidade de que uma pessoa fale exatamente da mesma forma que outra, embora ambas vivam numa mesma comunidade de práticas linguísticas (BAGNO, 2014; 2019; BORTONI-RICARDO, 2005). A isso, dá-se o nome de variação social. Como ela, há vários outros tipos, conforme nos aponta Bagno (2007; 2014): histórica (variação que se estende no tempo, por isso "diacrônica"), regional (variação que acontece nas mais diversas regiões do país), estilística (variação no grau de monitoramento da fala/escrita), geracional (variação que ocorre entre as distintas gerações) etc.

Podemos fazer um questionamento essencial agora: qual é a importância desse conhecimento sobre variação/variabilidade linguística? Uma possível resposta gira em torno da necessidade de entendermos que todas as línguas humanas e vivas variam e mudam. De acordo com Bagno (2014, p. 69), "a mudança linguística é um processo social e cognitivo", ou seja, nós, seres humanos, participamos ativamente e diretamente dos processos de variação que podem (ou não) gerar alguma mudança. Isso significa dizer que todas as variedades são válidas, funcionais e possuem suas próprias regras; afinal, não existe variedade linguística sem uma organização estrutural que lhe é própria (FARACO, 2008, p. 36-43). Assim, é possível afirmar quaisquer formas de discriminação e preconceito na/pela/através da língua(gem) são completamente infundadas, desnecessárias e beiram ao criminoso, já que estamos nos referindo à identidade das pessoas falantes/praticantes de determinada língua. Como nos afirma Bortoni-Ricardo (2005, p. 15):

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e, por meio deles, os alunos, têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade. Algumas conferem prestígio ao falante, aumentando-lhe a credibilidade e o poder de persuasão; outras contribuem para formar-lhe uma imagem negativa, diminuindo-lhe as oportunidades. Há que se ter em conta ainda que essas reações dependem das circunstâncias que cercam a interação. Os alunos que chegam à escola falando "nós chegemu", "abrido" e "ele drome", por exemplo, têm que ser respeitados e ver valorizadas as suas peculiaridades linguístico-culturais, mas têm o direito inalienável de aprender as variantes do prestígio dessas expressões. Não se lhes pode negar esse conhecimento, sob pena de se fecharem para eles as portas, já

estreitas, da ascensão social. O caminho para uma democracia é a distribuição justa de bens culturais, entre os quais a língua é o mais importante.

Pensando nisso, Bagno e Rangel (2005) apontam para a necessidade de se praticar uma Educação Linguística na Educação Básica no que diz respeito ao ensino de língua materna, que seja mediada pela Pedagogia da Variação Linguística (BAGNO, 2007; FARACO, 2008) e, principalmente, pelo respeito e pela valorização da identidade linguística do outro e tudo o que gira em torno dessa dimensão (BORTONI-RICARDO, 2005). À respeito do conceito de Educação Linguística, os autores afirmam (BAGNO; RANGEL, 2005, p. 63):

Entendemos por educação linguística o conjunto de fatores socioculturais que, durante toda a existência de um indivíduo, lhe possibilitam adquirir, desenvolver e ampliar o conhecimento de/sobre sua língua materna, de/sobre outras línguas, sobre a linguagem de um modo mais geral e sobre todos os demais sistemas semióticos. Desses saberes, evidentemente, também fazem parte as crenças, superstições, representações, mitos e preconceitos que circulam na sociedade em torno da língua/linguagem e que compõem o que se poderia chamar de imaginário linguístico ou, sob outra ótica, de ideologia linguística. Inclui-se também na educação linguística o aprendizado das normas de comportamento linguístico que regem a vida dos diversos grupos sociais, cada vez mais amplos e variados, em que o indivíduo vai ser chamado a se inserir.

Sobre a Pedagogia da Variação Linguística, Faraco (2008, p. 180) nos aponta algumas questões:

[...] nosso grande desafio é reunir esforços para construir uma pedagogia da variação linguística que não escamoteie a realidade linguística do país (reconheça-o como multilíngue e dê destaque crítico à variação social do português); não dê um tratamento anedótico ou estereotipado aos fenômenos da variação; localize adequadamente os fatos da norma culta/comum/*standard* no quadro amplo da variação e no contexto das práticas sociais que a pressupõem; abandone criticamente o cultivo da norma-padrão; estimule a percepção do potencial estilístico e retórico dos fenômenos da variação. Mas, acima de tudo, uma pedagogia que sensibilize as crianças e os jovens para a variação, de tal modo que possamos combater os estigmas linguísticos, a violência simbólica, as exclusões sociais e culturais fundadas na diferença linguística.

Apesar desse movimento teórico em direção a um ensino de língua materna mais alinhado à realidade linguística brasileira, ainda encontramos diversas práticas contrárias a essa ideia (CAPUTO, 2020). Nas aulas de língua portuguesa, no Brasil, o que mais comumente se encontra é um ensino excessivamente normativo, descontextualizado e incondizente com a complexidade inerente às línguas humanas e de conteúdos a serem trabalhados nesse componente curricular tão importante para a formação das juventudes (WILLIMA; SOUZA, 2023b). Isso se dá, também, em decorrência da ideologia linguística dominante que impera no nosso país (BAGNO, 2013; LUCCHESI, 2015), fazendo com que a sociedade no geral e docentes de línguas em particular sejam formadas/os sob os auspícios de uma concepção ultrapassada de língua, entendendo-a como um sistema fechado em si, que

não sofre variação, e tornando o seu ensino direcionado tão somente à abordagem normativa da gramática, esquecendo-se do todo que compõe as línguas e que é extremamente importante e necessário.

O conceito de Ideologia Linguística nos ajuda a entender, em parte, por que o paradigma do "certo" e "errado" é tão forte na nossa sociedade (NASCIMENTO, 2022; SANTANA, 2020). Essa ideia de que há uma forma correta e uma forma errada de se expressar na sua própria língua materna tem gerado inúmeros problemas a nível formativo (as várias faltas oriundas de um ensino excessivamente normativo e de um esvaziamento da ideia do que é ensinar língua portuguesa para nativas/os) e de identidade (reconhecimento de si enquanto falante competente de uma determinada língua), levando aos tantos casos de preconceito linguístico que podemos observar no nosso país (BAGNO, 2015; WILLIMA; SOUZA, 2023b). Segundo Moita Lopes (2013, p. 22):

Entendemos por ideologia linguística as compreensões, tanto explícitas quanto implícitas, que traduzem a interseção da linguagem e os seres humanos em um mundo social (Woolard, 1998:3) ou compreensões de como a linguagem ou línguas específicas têm sido ou são entendidas com base em como são situadas em certas práticas sócio históricas, inclusive aquelas visões elaboradas por pesquisadores e teóricos da linguagem, derivadas do espírito intelectual ou da perspectiva epistemológica de seu tempo.

É pensando em tudo o que foi apontado até aqui que objetivamos, neste trabalho, analisar, em algumas manchetes de sites de notícia on-line, a repercussão de falas da participante Larissa, do BBB23, sob o recorte dos supostos "erros de português" cometidos por ela. Para tanto, realizamos um estudo de caso, partindo de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, a fim de alcançar o objetivo proposto. Por fim, é importante ressaltar que este trabalho se justifica ao levarmos em consideração a realidade intrinsecamente heterogênea, variável e complexa das línguas humanas. Sendo assim, é necessário um olhar crítico e cauteloso sobre o que se está entendendo por "erros de português" e quais são as implicações disso para quem recebe essa avaliação social negativa e também para quem a faz.

## **METODOLOGIA**

O percurso metodológico utilizado foi o de pesquisa bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2021), a fim de construir um sólido referencial teórico dentro da Sociolinguística, no intuito de usá-lo para realizar um estudo de caso e levar a cabo, com isso, uma análise qualitativa crítica (MARCONI; LAKATOS, 2021) das manchetes dos sites de notícias G1 e BBNews sobre as falas da Larissa, sob o recorte dos possíveis "erros de português" por ela

cometidos. Os sites foram escolhidos aleatoriamente, a partir de uma busca rápida no Google sobre manchetes que falassem desses "erros" da participante Larissa. Em decorrência do espaço limitado para a construção de um *corpus* mais robusto, optamos por apenas dois sites, um com maior alcance social, outro com menos.

Como referencial teórico, nos sustentaremos na Sociolinguística Educacional, a partir de Bortoni-Ricardo (2005) e Bagno (2007), e nas tantas discussões suscitadas por ela, relacionada a outras áreas da Linguística, como: norma-padrão, norma culta e norma curta (BAGNO, 2013; FARACO, 2008), padrão normativo (LUCCHESI, 2015), ideologia linguística (MOITA LOPES, 2013; NASCIMENTO, 2022; SANTANA, 2020), Preconceito Linguístico (BAGNO, 2015), Educação Linguística (BAGNO; RANGEL, 2005), Pedagogia da Variação Linguística (BAGNO, 2007; FARACO, 2008), tratamento da variação linguística nas aulas de língua materna (CAPUTO, 2020; GOMES, 2019; MARINE; BARBOSA, 2016) e outras.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Sociolinguística, em especial a sua vertente Educacional, que compreende, segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 128), “de forma um pouco genérica, todas as propostas e pesquisas sociolinguísticas que tenham por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do processo educacional, principalmente na área do ensino de língua materna”, muito tem contribuído para um ensino de língua materna mais contextualizado, atrativo e condizente com a realidade linguística dos indivíduos, conforme vimos acima. Infelizmente, porém, a falta de um ensino sociolinguístico (MARINE; BARBOSA, 2016) e de uma abordagem variacionista da língua no ensino dela (GOMES, 2019) tem levado a muitos equívocos pedagógicos e prejudicado em demasia a formação das juventudes (BAGNO, 2007; 2015; CAPUTO, 2020; WILLIMA; SOUZA, 2023b). Isso fica evidente, por exemplo, quando analisamos manchetes de sites de notícia e verificamos a presença de uma sequência infundável de equívocos teóricos facilmente resolvíveis se se partisse de uma Educação Linguística crítica nas escolas de ensino básico, e de um preconceito linguístico profundamente enraizado, sustentado por uma forte cultura do "erro", que por sua vez tem atravessado o ensino de língua portuguesa no Brasil há bastante tempo (BAGNO, 2015).

Com o intuito de observar se tais fatos relatados acima continuam se repetindo nas manchetes de sites de notícia on-line, analisemos as imagens abaixo.

**Imagem 1:** Notícia sobre os "tropeços" da Larissa na língua portuguesa.



Fonte: G1 (2023).

A imagem 1 acima, retirada do site do G1 (2023), mostra-nos algumas questões interessantes. A primeira delas é a troca do termo “erro” pelo termo “tropeço”. Numa análise superficial, é possível perceber uma tentativa de deslocamento ideológico (SILVA, 2009) para, talvez, não passar uma imagem preconceituosa (levando em consideração ser esse um site mais à esquerda político-ideológico). Acontece, porém, que ao supor que poderia existir, independentemente do contexto, um “erro de português”<sup>3</sup>, está-se cometendo preconceito de qualquer forma, além de um erro teórico grave. Linguisticamente falando, não é possível existir um “erro de português” quando estamos nos referindo a falantes nativos de determinada língua, pois, como vimos na nota de rodapé número 3, “ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna”, e isso acontece porque “só se erra naquilo que é aprendido, naquilo que constitui um saber secundário, obtido por meio de treinamento, prática e memorização”, ou seja, “erra-se ao escrever, porque a escrita é um aprendizado secundário”, mas “a língua materna não é um saber desse tipo” (BAGNO, 2015, p. 176-177).

O que pode ocorrer, e ocorre com bastante frequência por fazer referência a normas que exigem um alto grau de monitoramento para que sejam produzidas (BAGNO, 2014), é um desvio da gramática normativa da língua (escrita) ou um erro ortográfico<sup>4</sup>. Portanto, a afirmação de que podem existir supostos “erros de português” tem a ver, na verdade, com uma concepção equivocada de língua (e de ensino de língua), que por sua vez é (re)produzida nas escolas Brasil afora, gerando esse problema e tantos outros. A segunda é considerar “spray” e “handball” como originárias da língua portuguesa. Sabe-se, por óbvio, que são palavras originárias da língua inglesa, mas igualmente muito utilizadas em português. A Linguística nos mostra, no entanto, que nesses casos, tendemos a aportuguesar essas palavras, tornando-as mais brasileiras (CORTEZ, 2014). Por esse motivo e por outros (como o fato de, em

<sup>3</sup> A esse respeito, Bagno (2015, p. 176-177) nos afirma que “ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar ou respirar”.

<sup>4</sup> A ortografia da língua, por ser extremamente artificial e corresponder quase somente à modalidade escrita, pode não ser muito bem matizada por todos os indivíduos, gerando possíveis erros (BAGNO, 2015, p. 174-183). Além disso, é importante ressaltar a precária situação dos sistemas educativos brasileiros, muitas vezes impossibilitando a correta aquisição da escrita por parte das pessoas que passam por eles.



português, termos a tendência natural de preferir sílabas formadas por consoante-vogal ou o contrário [cf. BOSSAGLIA, 2019]), a participante Larissa acrescentou letras nessas palavras, transformando-as em mais próximas ao português (brasileiro), o que não configura, nem de longe, um “erro”.

No que diz respeito à noção de "erro", cabe ressaltar as tentativas de ressignificação dessa ideia, através da proposta da Sociolinguística. Nela, o "erro" é, na verdade, uma questão de adequação ou inadequação a determinado(s) contexto(s), exigindo um maior ou menor grau de monitoramento (BAGNO, 2007; BORTONI-RICARDO, 2004). Em outras palavras, haverá momentos nos quais será impelida a nós uma postura de maior grau de monitoramento da fala ou escrita, como em artigos científicos e entrevistas de emprego, por exemplo, e outros nos quais essa exigência não ocorrerá, como em conversas descontraídas entre amigos/as. A noção de *continuum* de monitoramento estilístico foi proposta pela linguista brasileira Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004), fundadora da Sociolinguística Educacional. Segundo ela, nossa prática linguística é mediada pelos contextos sociocomunicativos, a partir dos quais saberemos se há ou não necessidade de maior monitoramento da fala/escrita (usos normativos da língua). O que podemos perceber, através da exposição aqui feita, é que o ponto de vista pessoal, e/ou o direcionamento teórico-político-ideológico do indivíduo, se expressará em sua ideologia linguística e marcará, diretamente, seu posicionamento com relação à concepção de língua por ele adotada e a forma como ele enxerga/julga as práticas linguísticas do outro.

Por fim, mas não menos importante, temos a transformação de um verbo irregular (“trouxe”) em regular (“truce”), trabalho feito pelo Princípio da Economia Linguística<sup>5</sup> (cf. BAGNO, 2014). Aqui, como podemos perceber, não há um “erro”, apenas a criatividade linguística a todo vapor. Vale ressaltar, ainda, que para haver um “erro”, é preciso que a sentença seja agramatical e disfuncional (pensando nas possibilidades estruturais da língua portuguesa do Brasil). Numa aproximação à tradição gerativista chomskiana, para que isso ocorra, as pessoas nativas da língua não podem entender (tampouco aceitar<sup>6</sup>) a estrutura “errática” utilizada (BAGNO, 2017, p. 5-6)<sup>7</sup>. Entretanto, no caso visto acima, não estamos

---

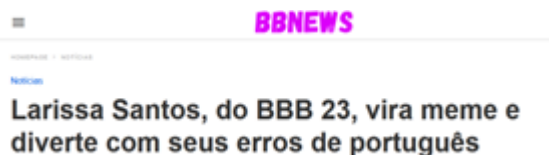
<sup>5</sup> Segundo Bagno (2014, p. 92), "economia linguística é um termo que recobre uma variada gama de processos que se caracterizam por representar mecanismos de mudança que tentam reagir positivamente a dois impulsos: (i) poupar a memória, o processamento mental e a realização física da língua, eliminando os aspectos redundantes e as articulações mais exigentes; (ii) preencher lacunas na gramática da língua, de modo a torná-la mais eficiente como instrumento de interação sociocomunicativa".

<sup>6</sup> Princípio da Aceitabilidade. De acordo com Bagno (2017), esse princípio diz respeito à aceitação de determinada estrutura linguística por parte das pessoas que fazem uso dessa língua.

<sup>7</sup> Conforme afirma Bagno (2017, p. 5), "uma manifestação verbal não deveria ser julgada pelo parâmetro da gramática normativa, da norma-padrão, mas sim pela ótica da avaliação que o interlocutor faz de seu contexto de interação, procurando, com base nessa avaliação, adequar seu discurso a esse contexto, de modo que ele se torne aceitável por parte de seu(s) interlocutor(es)".

diante de uma agramaticalidade, pois a estrutura é perfeitamente funcional, do ponto de vista linguístico, e entendida por todos os indivíduos, tanto é que virou motivo de escárnio nacional por parte de inúmeros/as brasileiros/as. Agora, vamos à análise da segunda imagem.

**Imagem 2:** Notícia sobre os supostos "erros de português" da Larissa.



**Fonte:** BBNews (2023).

Na imagem 2 acima, retirada do site BBNews (2023), é possível identificar outros pontos importantes de discussão. O primeiro diz respeito ao uso explícito do termo “erro de português”, fazendo referência aos usos não normativos feitos pela participante Larissa. Assim como na manchete anterior, nesta também podemos identificar um forte caráter vexatório por parte de quem a escreveu, principalmente quando comparamos o primeiro ponto com o segundo, que diz respeito ao uso de expressões como “vira meme” e “diverte”, fazendo referência aos supostos “erros” da Larissa. Esses dois pontos já são problemáticos por si, pois estamos nos referindo à forma com a qual uma pessoa se expressa, e essa forma está sendo não apenas julgada pela mídia brasileira, como também atacada, servindo de piada nacional. Isso configura um claro processo de preconceito linguístico, conforme podemos observar nas teorizações de Bagno (2015). Quando julgamos a forma como uma pessoa fala, não estamos falando apenas da fala em si e por si; estamos falando, igualmente, da pessoa que produz essa fala (BAGNO, 2015). Há uma relação intrínseca entre preconceito linguístico e preconceitos sociais (cf. ANDRADE; RIBEIRO; SANTANA, 2012), em especial quando essa produção linguística está diretamente relacionada às variedades estigmatizadas da língua (como é o caso de “truce”).

A cultura do “erro”, tão presente na nossa sociedade, está associada a uma idealização fantasiosa de língua<sup>8</sup>, materializada na ideia de norma-padrão, uma imposição normativo-prescritiva que nada tem a ver com o que realmente é produzido pelos/as usuários/as das variedades de prestígio do português brasileiro (cf. BAGNO, 2007; 2013; 2015). Toda essa confusão entre as várias normas existentes e coabitantes, além da falta de um ensino de língua materna efetivo e do desconhecimento de si mesmo/a enquanto falante competente dessa língua leva a situações como estas que estão sendo analisadas aqui. É

<sup>8</sup> Termo construído e utilizado por Willima e Souza (2023b).



preciso aprender o padrão normativo socialmente imposto? Claro, mas a questão é: estamos fazendo isso da melhor forma? Estamos sabendo fazer isso? Só isso é o bastante? São questões que precisamos procurar responder com urgência!

Conforme discutimos na seção "introdução", a Educação Linguística possui extrema importância e urgência quando pensamos em práxis docente de línguas, em especial a materna (língua portuguesa), nos termos deste trabalho. Segundo Bagno e Rangel (2005), fazem parte das áreas de ação da educação linguística: i) Desenvolver os múltiplos letramentos nos/dos indivíduos; ii) Re-conhecer o português brasileiro enquanto uma das línguas faladas/escritas/praticadas no território brasileiro; iii) Praticar/ensinar/abordar, nas aulas, as normas da língua e os processos de variação e mudança linguística; iv) Estimular/desenvolver/aprimorar a reflexão linguística das/os estudantes; v) Trabalhar as diversas expressões literárias em sala; vi) Fomentar a reflexão sobre os direitos linguísticos que os indivíduos possuem. Tudo isso, se efetivamente praticado nas aulas de língua materna e apropriado por parte dos indivíduos, resolveria boa parte dos problemas discutidos/apresentados nesta seção.

Embora possamos fazer inúmeras críticas à BNCC, como o seu caráter impositivo, o esvaziamento teórico-filosófico (cf. WILLIMA; SOUZA, 2023a) presente no documento e os equívocos de concepção de educação e de formação que constam no decorrer de suas páginas, apenas para dar alguns exemplos, ela própria, sendo um documento de caráter normativo, utilizado para a construção dos currículos escolares nacionalmente (BRASIL, 2018), aponta para a necessidade de um repensar da práxis docente em língua materna. Pensando nisso, advogamos, aqui, pela necessidade de uma Educação Linguística crítica nas aulas de língua portuguesa, que fomente a reflexão sobre língua (e)m sua complexidade e variabilidade inerentes, que trabalhe as diversas dimensões (social, histórica, cultural, regional, geracional, coletiva, individual e outras) e os diversos níveis (semântico-pragmático, lexical, discursivo, fonético-fonológico, morfossintático, morfofonêmico e outros) que compõem as línguas humanas, que desenvolva as várias/variadas habilidades linguísticas (produção oral e escrita, leitura e escuta, sempre articuladas entre si).

Assim, a tendência é que formemos indivíduos efetivamente competentes em matéria de língua portuguesa em sua concepção formal/estrutural, mas também indivíduos críticos e reflexivos sobre os incontáveis meandros pelos quais as línguas as línguas são atravessadas e quais são as implicações disso a nível comunicacional, identitário, discursivo e linguístico propriamente dito. Por fim, é válido ressaltar que esse movimento tende a fazer, de igual modo, com que as pessoas (re)conheçam a realidade heterogênea e variável da língua,

direcionando-as a um rompimento com o ciclo quase infinito de preconceito linguístico presente na nossa sociedade e nas salas de aula Brasil afora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos, no decorrer das discussões feitas juntamente à análise dos resultados, que a língua é um fenômeno heterogêneo, variável e complexo. Assim sendo, não é possível pensarmos esse construto que compartilhamos socialmente como algo homogêneo, fechado em si, unitário e desprovido de variação. A variabilidade é inerente a todo sistema linguístico e boa parte disso é decorrente do fato de não existir língua sem falantes que façam uso dela (cf. CALVET, 2002, p. 12). Seres humanos são naturalmente complexos e heterogêneos; portanto, as línguas também o são. É importante salientar, ainda, que na nossa sociedade coabitam muitas normas, cada uma com o seu conjunto de regras, com os seus contextos de uso, com as suas histórias e com os seus atravessamentos, até porque não há possibilidade de haver norma sem uma organização estrutural (cf. FARACO, 2008, p. 36), o que derruba a ideia difundida socialmente de que só é "certo" aquilo que está preconizado pelo padrão normativo imposto.

Com base nas duas manchetes aqui analisadas, é possível concluirmos que houve clara avaliação negativa por parte desses sites de notícias com relação aos supostos “erros” cometidos pela participante Larissa. As avaliações negativas, por sua vez, aconteceram em decorrência da pressão normativa hegemônica que prega por uma suposta “pureza da língua”, materializada nos usos normativos dela, que constam na norma-padrão. Todo esse preconceito linguístico explícito no texto das manchetes tem relação direta com a falta de uma Educação Linguística crítica nas aulas de língua materna e com uma ideologia linguística muito presente nas instituições de ensino Brasil afora: a ideologia da norma-padrão, sustentada pela cultura do "erro", e (re)produzida por docentes de língua portuguesa em suas aulas.

Falta-nos, conforme afirma Bagno (2007), uma Reeducação Sociolinguística, mediada pela Pedagogia da Variação Linguística (cf. FARACO, 2008), ou seja: precisamos, de uma vez por todas, livrar-nos das amarras normativas que nos impedem de nos expressar livremente, de usar a nossa língua como bem entendemos. Obviamente, porém, é necessário saber adequar a nossa fala/escrita aos diversos contextos discursivos que se apresentarem, daí (também) a importância de se aprender o padrão normativo vigente. Não nos esqueçamos, entretanto, de que há um enorme *continuum* de monitoramento estilístico (cf. BORTONI-RICARDO, 2004, p. 62-63), indo do maior nível de monitoramento ao menor,

mostrando-nos que haverá situações nas quais não há a menor necessidade de recorrer ao padrão normativo vigente, isto é, podemos/devemos, nesses casos (e em muitos outros), usar a nossa norma linguística própria, a nossa variedade de língua. Foi o que aconteceu com a Larissa, em algumas situações: não era necessário monitorar a sua fala, tampouco ela é obrigada a saber quais palavras são estrangeirismos e quais não o são (no caso de "spray" e "handball"); entretanto, as pessoas, muitas vezes, não estão prontas para essa conversa, não estão abertas a entender como efetivamente funcionam as realidades linguísticas, e infelizmente muito disso é decorrente da falta de um ensino de língua materna que faça com que os indivíduos tenham condições de refletir criticamente sobre língua e entender o porquê dos processos e dos fenômenos que ocorrem.

## REFERÊNCIAS

- 'ESPRAY, 'REMDEBOL', 'TRUCE': No BBB23, Larissa tropeça na língua portuguesa e vira assunto nas redes. **G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2023/01/23/espray-remdebol-truce-no-bbb23-larissa-tropeca-na-lingua-portuguesa-e-vira-assunto-nas-redes.ghtml>. Acesso em: 03 set. 2023.
- ANDRADE, G.; RIBEIRO, J.; SANTANA, I. O preconceito linguístico: discriminação social ou linguística? *In*: VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade" - EDUCON. São Cristóvão/Brasil. **Anais [...]**. UFS, set. 2012.
- BAGNO, M. **Dicionário Crítico de Sociolinguística**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2017.
- BAGNO, M. **Língua, Linguagem, Linguística: pondo o pingô nos ii**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2014.
- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAGNO, M. **Objeto Língua**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.
- BAGNO, M. **Preconceito Linguístico**. 56. ed. São Paulo: Parábola, 2015.
- BAGNO, M. **Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português**. São Paulo: Parábola, 2013.
- BAGNO, M.; RANGEL, E. O. Tarefas da Educação Linguística no Brasil. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 5, n. 1, 2005.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em Língua Materna: a Sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística & Educação. São Paulo: Parábola, 2005.
- BOSSAGLIA, G. **Linguística Comparada e Tipologia**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- CALVET, L-J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.
- CAPUTO, D. M. **Olhares sobre o tratamento dado à variação linguística em salas de aula do ensino básico**. Monografia (graduação em Letras com habilitação em português e italiano) - UFRJ. Rio de Janeiro, 2020.
- CORTEZ, C. F. **Neologismo, Estrangeirismo: o uso de palavras de origem inglesa na língua portuguesa**. Monografia (Curso de Letras) - Universidade Veiga de Almeida. 2014.
- FARACO, C. A. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

- GOMES, M. F. B. Por que ensinar variação linguística nas aulas de língua portuguesa? **Revista de Letras**. Curitiba, v. 21, n. 32, p. 145-159, mar. 2019.
- LUCCHESI, D. **Língua e Sociedade Partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Barueri/SP: Atlas, 2021.
- MARINE, T. C.; BARBOSA, J. B. Em busca de um Ensino Sociolinguístico de Língua Portuguesa no Brasil. **Signum: Estudos Linguísticos**. Londrina, n. 19/1, p. 185-215, jun. 2016.
- MOITA LOPES, L. P. **O português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola, 2013.
- NASCIMENTO, D. F. M. Ideologias e crenças linguísticas na BNCC de Língua Portuguesa: perspectivas para a formação e o ensino. **Revista Trem de Letras**. Alfenas, MG. v. 9, n. 2, p. 1-28, 2022.
- RODRIGUES, L. Larissa Santos, do BBB23, vira meme e diverte com seus erros de português. **BBNEWS**, 2023. Disponível em: <https://www.bbnews.com.br/larissa-santos-do-bbb-23-vira-meme-e-diverte-com-seus-erros-de-portugues/>. Acesso em: 03 set. 2023.
- SANTANA, A. N. Ideologias Linguísticas: uma breve análise da BNCC. **Revista X**, v. 15, n. 5, p. 74-100, 2020.
- SILVA, R. Linguagem e Ideologia: embates teóricos. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 9, n. 1, p. 157-180, jan./abr. 2009.
- WILLIMA, K. G.; SOUZA, S. S. O esvaziamento teórico-filosófico presente em documentos oficiais como estratégia de alienação por parte do capital: o (não) ensino de variação linguística na BNCC em perspectiva. **Revista Anhanguera**. n. 1, jan.-jun. 2023a.
- WILLIMA, K. G.; SOUZA, S. Transpondo os Muros da Discriminação e do Preconceito Linguísticos: uma análise do (não) ensino de variação linguística em sala de aula. In: VIEIRA, S. R. et. al. (Org.). **Variação linguística, ensino e interfaces**: resultados e propostas. 1. ed. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023b.